

MAPEAMENTO DA PESQUISA SOBRE *DISCLOSURE* AMBIENTAL VOLUNTÁRIO NO CENÁRIO BRASILEIRO: UMA REVISÃO DOS ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS NO PERÍODO DE 2004 A 2015

STUDIES ABOUT VOLUNTARY ENVIRONMENTAL DISCLOSURE IN THE BRAZILIAN SCENARIO: A REVIEW OF PAPERS PUBLISHED IN BRAZILIAN JOURNALS FROM 2004 TO 2015

MÁRCIO ABADIO RAMOS

Graduação em Ciências Contábeis pela FACIC/UFU. E-mail: marcioabadioramos@gmail.com

RODRIGO FERNANDES MALAQUIAS

Doutor em Administração (EAESP/FGV). Professor da FAGEN/UFU. E-mail: rodrigofmalaquias@yahoo.com.br.

Endereço: Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco F, Sala 1F-216, Uberlândia, MG.

Resumo: Embora seja um tipo de evidenciação voluntária, o *disclosure* ambiental vem ganhando atenção da academia e de profissionais do mercado. Tem-se a preocupação de analisar se as empresas estão cumprindo seus objetivos de forma responsável e sem comprometimento do meio ambiente. Por meio dos relatórios publicados pelas empresas, estas podem evidenciar suas ações e principais medidas adotadas sobre o assunto. Neste contexto, o objetivo desse trabalho é promover uma análise bibliográfica sobre o *disclosure* voluntário ambiental em revistas brasileiras no período de 2004 a 2015. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica com foco em características dos artigos cujo tema central foi o *disclosure* voluntário ambiental. A análise permitiu identificar os principais procedimentos metodológicos, a autoria dos artigos e as Instituições de Ensino Superior que a vinculam, bem como reportar os principais resultados relacionados aos determinantes da evidenciação ambiental no Brasil. A pesquisa, de caráter descritivo e predominantemente qualitativo, foi realizada a partir de uma amostra de 64 artigos acadêmicos coletados de 26 periódicos de Contabilidade ou áreas afins (Administração, Finanças, Economia, Negócios e Gestão Ambiental), publicados no cenário brasileiro e disponibilizados pelo Portal de Periódicos CAPES, de 2004 até 2015. No que se refere aos determinantes da evidenciação ambiental no Brasil, os principais resultados indicaram que há concordância nos estudos revisados a respeito da relevância do tamanho das empresas para melhorar o entendimento de seu nível de evidenciação ambiental. Observou-se também que, até 2012, 35 pesquisas foram qualitativas, porém, a partir dessa data, ocorreu uma inversão, houve incremento na abordagem quantitativa ante a qualitativa, somaram-se, então, 29 quantitativos e 15 qualitativos.

Palavras-chave: *Disclosure* ambiental. Revisão da literatura. Responsabilidade social corporativa.

Abstract: *Environmental disclosure represents a kind of voluntary information that companies can provide at their financial reports. However, there is a concern from academics and from society in verifying whether companies are developing their activities without negative effects to the environment. Using annual reports, firms can inform to external users their actions and main initiatives adopted about this issue. In this context, the aim of this paper is to present a review of the national scientific production on environmental voluntary disclosure. To do so, it was developed a bibliographic research and the focus was in the characteristics of the papers that had as the main topic the environmental voluntary disclosure. We identify the main methodological procedures, the papers' authorship and higher education institutions of the authors, and we also report the main results related to the determinants of environmental disclosure in Brazil. The sample is comprised of 64 academic papers collected from 26 journals in the field of Accounting or related areas (Administration, Finance, Economics, Business and Environmental Management) in the period from 2004 to 2015. These papers were published in Brazilian Portuguese. Regarding the determinants of environmental disclosure in Brazil, the main results indicated that size remains the most significant explanatory variable. We also noticed that up to 2012, 35 studies were qualitative; however, after 2012, there was an increase in the quantitative approach, in which 29 studies were quantitative (and 15 qualitative).*

Keywords: *Environmental disclosure. Literature review. Corporate social responsibility.*

1 INTRODUÇÃO

No cenário brasileiro, não há uma norma específica obrigando as empresas a evidenciar informações detalhadas de caráter ambiental (MURCIA *et al.*, 2010). Desta forma, as empresas que assim o fazem, procedem de maneira voluntária, podendo um dos motivadores ser a própria prestação de contas frente à sociedade. Neste contexto, a evidenciação sócio ambiental, bem como a evidenciação de práticas sustentáveis, mostra-se como uma fonte de vantagem, indicando suas iniciativas para a sociedade e *stakeholders* (ALMEIDA *et al.*, 2015). A atração de investidores socialmente responsáveis e uma possível redução no custo de capital podem também ser benefícios decorrentes de uma melhor política de evidenciação contábil no tocante a aspectos sócio ambientais (MURCIA *et al.*, 2010).

Contudo, mesmo que indiretamente, pode-se perceber uma demanda por uniformidade na divulgação dessas informações, conforme já apontado anteriormente por outros autores (como COSTA e MARION, 2007; VOSS *et al.*, 2014). Há também autores informando que “existem diversos padrões voluntários que servem de guia para divulgar informações ambientais” (RIBEIRO, BELLEN e CARVALHO, 2011, p. 141), além da falta de qualidade das informações prestadas. Um dos modelos mais utilizados, conforme Voss *et al.* (2014), é o modelo baseado no *global Reporting Initiative* (GRI). Há ainda os modelos como do GRI, do CFC, do IBRACON, mas não obrigatórios.

Além da falta de obrigatoriedade, há também aspectos relacionados aos gestores. Eles se deparam com questões sobre o que divulgar, onde divulgar, como divulgar e quando divulgar (MURCIA *et al.*, 2010). No Brasil, houve a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade emanadas do *International Accounting Standards Board* (IASB). Entretanto, embora a convergência tenha efeito sobre a evidenciação compulsória, não necessariamente implica em um efeito direto na evidenciação voluntária.

Em alguns países como Dinamarca, Canadá, Noruega, Japão e Estados Unidos existem orientações normativas mais específicas e maior exigência da sociedade às empresas de prestarem contas sobre a responsabilidade empresarial (NOSSA, 2002). Na mesma direção, apontou estudo de Murcia *et al.* (2010) que, ao analisar 77 artigos publicados na língua inglesa nos países do Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Nova Zelândia, concluiu haver diferenças sobre o nível de evidenciação ambiental entre países e setores.

Diante do exposto, com vistas à sistematização do conhecimento científico acerca da evidenciação ou *disclosure* ambiental voluntário, este trabalho tem como objetivo geral promover análise bibliográfica sobre o tema em revistas brasileiras no período de 2004 a 2015. Desta forma, foi possível analisar os principais procedimentos metodológicos adotados, a autoria dos artigos, e as Instituições de Ensino Superior (IES) que a vinculam, bem como os principais resultados encontrados acerca dos determinantes da evidenciação ambiental no Brasil. De acordo com Murcia *et al.* (2010, p. 8), “a evidenciação ambiental é um ‘problema real’ das organizações e, todavia, pouco abordado pela comunidade científica brasileira”, o que auxilia no entendimento da relevância de se fazer uma pesquisa sobre o assunto.

Ademais, no Brasil, pesquisas sobre responsabilidade ambiental mostram-se oportunas, bem como estudos sobre a responsabilidade dos indivíduos (BAUER; NAIME, 2012). A preservação do meio ambiente e uso adequado de recursos naturais mostra-se também como uma discussão presente nos meios acadêmico e empresarial (GUIMARÃES *et al.*, 2004), sendo também um assunto de interesse para a pesquisa na área contábil (CUNHA e RIBEIRO, 2008).

Quanto à estrutura, o presente artigo é composto por esta introdução, seguida de uma revisão da literatura sobre o tema. No terceiro tópico tem-se os aspectos metodológicos, com os detalhes operacionais de coleta e análise dos dados. Os resultados são discutidos na quarta seção. A quinta e última seção apresenta as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Pode-se observar o aumento da preocupação da sociedade em temas relacionados às questões ambientais. Essa preocupação (consciência ecológica) “pode-se manifestar de forma introspectiva, mediante ajustes de conduta individual; e coletiva, por meio de reivindicações para práticas ambientalmente corretas” (RIBEIRO, BELLEN e CARVALHO, 2011, p.138). Essa preocupação implica em uma maior demanda da sociedade para que as empresas e os gestores adotem práticas socialmente responsáveis. Por meio dos relatórios anualmente publicados pelas empresas, estas podem evidenciar suas iniciativas para atender a essa demanda. Naturalmente, nesse sentido, “percebe-se que tem se tornado constante a busca por maior *disclosure*, *accountability* e boas práticas de governança corporativa por parte das empresas, no que se refere às informações de caráter ambiental” (ROVER, *et al.*, 2012, p. 218).

A Contabilidade é a responsável pela “elaboração e fornecimento de informações aos usuários internos e externos sobre eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial da entidade” (SOUZA e RIBEIRO, 2004, p. 56). Desta forma, percebe-se que a contabilidade deve fornecer informações para que seus usuários possam tomar decisões. Os possíveis impactos ambientais causados pelas empresas deveriam, desta forma, ser informados nos relatórios contábeis.

Todavia, diferentemente da evidenciação das informações econômico-financeiras, a decisão das empresas em divulgar certo tipo de informação voluntária, e de natureza ambiental, pode estar relacionada a características como porte, desempenho e práticas de governança corporativa (CUNHA e RIBEIRO, 2008). Ademais, como não são obrigadas a evidenciar, talvez as empresas venham a se limitar a divulgar o conteúdo que é exigido por leis e regulamentos (CUNHA e RIBEIRO, 2008). Isso pode conduzir à falta de comparabilidade entre os relatórios das empresas (NOSSA, 2002).

Embora seja um tipo de evidenciação voluntária, a evidenciação ambiental também pode ter apresentado aumento em decorrência da convergência das normas brasileiras às normas internacionais. Torna-se oportuno também mencionar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado pela BM&FBovespa no ano de 2005, permitindo aos investidores acompanhar o comportamento histórico de uma carteira composta por empresas com práticas de responsabilidade social corporativa.

Deve-se mencionar também alguns estudos anteriores que exploraram o nível de evidenciação das empresas. Por exemplo, as seguintes variáveis já foram correlacionadas com o *disclosure* fornecido pelas empresas em seus relatórios: tamanho da empresa (como em NOSSA, 2002; CUNHA e RIBEIRO, 2008); a empresa ou companhia pertencer a um setor regulamentado (como em MIRANDA e MALAQUIAS, 2013); a internacionalização de seus negócios (como em GUIMARÃES *et al.* 2014); país ou sede de localização da companhia (como em MUSSOI e BELLEN, 2010); ou níveis diferenciados de Governança Corporativa (como em SILVA *et al.*, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os artigos foram selecionados por meio do Portal de Periódicos CAPES. No referido portal, a busca considerou as seguintes palavras-chave: “evidenciação ambiental”, “evidenciação socioambiental”, “nível de evidenciação ambiental”, “nível de evidenciação socioambiental”, “*disclosure* ambiental” e “*disclosure* socioambiental”. Foram localizadas 384 publicações que atendiam aos referidos critérios. Com a inserção dos filtros: “artigos acadêmicos”, “português”, “período de 2000 a 2015”, foram obtidas 265 publicações.

Em seguida, após análise dos títulos, de eliminar ocorrências duplicadas e de eliminar artigos que não fossem específicos de nível de evidenciação ambiental, foi obtida a amostra de 64 artigos, publicados em 26 revistas diferentes. É oportuno ressaltar que também fazem parte da amostra artigos de revistas de áreas afins à área de contabilidade (Administração, Economia, Finanças, Negócios, Gestão Ambiental). Para o período de 2000 a 2003, não foi identificado algum artigo para ser incluído na pesquisa, o que restringiu o período para 2004 a 2015.

Para analisar os artigos, foram adotados critérios com base nos trabalhos de Murcia *et al.* (2010), que apresentaram uma revisão da literatura internacional acerca do tema *disclosure* ambiental, bem como de estudos correlatos, como o de Bauer e Naime (2012), que apresentaram o Estado da Arte da evidenciação social e ambiental voluntária no cenário internacional, e, ainda, o de Gallon *et al.* (2007), que examinaram as características metodológicas de artigos científicos da área ambiental de 2000 a 2006. Desta forma, os seguintes pontos são considerados: i) tipo de estudo (teórico, empírico, teórico-empírico); ii) tipologia de pesquisa quanto aos objetivos (exploratória, descritiva, explicativa), quando aos procedimentos (estudo de caso ou de múltiplos casos, levantamento ou *survey*, bibliográfica e documental), quanto à abordagem (qualitativa, quantitativa); iii) instrumentos de coleta de dados (entrevista, questionário, documentos e análise de conteúdo). São consideradas também informações sobre a autoria dos artigos (autores, universidades) e os principais resultados sobre os determinantes da evidenciação ou *disclosure* ambiental voluntário.

Portanto, com base nos procedimentos metodológicos adotados, nos critérios supracitados de seleção dos periódicos e dos artigos e, levando em conta as limitações e restrições do estudo, confeccionou-se Quadro 1, no qual constam os 26 periódicos da amostra com seus respectivos números de publicações para o período de análise, totalizando 64 artigos acadêmicos. Uma das principais limitações relacionadas ao estudo está relacionada com a seleção de artigos exclusivamente pelo Portal de Periódicos CAPES, o que pode deixar de considerar algum estudo para o banco de dados e que tenha sido publicado no período.

Quadro 1 – Demonstrativo de Periódicos nacionais e número de publicações

| Revistas Nacionais e Artigos publicados no período de 2004 a 2015 | | |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|----|
| 1 | Revista Ambiente Contábil | 10 |
| 2 | Revista Contabilidade e Finanças | 5 |
| 3 | Revista Contabilidade Vista e Revista | 4 |
| 4 | Revista Contemporânea de Contabilidade | 4 |
| 5 | Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade | 4 |
| 6 | Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão | 4 |
| 7 | Revista Contemporânea de Economia e Gestão | 3 |
| 8 | Revista de Administração, Contabilidade e Economia | 3 |
| 9 | Revista Contabilidade, Gestão e Governança | 3 |
| 10 | Revista Contabilidade e Organizações | 3 |
| 11 | Revista Universo Contábil | 3 |
| 12 | Revista Evidenciação Contábil e Finanças | 2 |
| 13 | Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade | 2 |
| 14 | Revista Educação e Pesquisa em Contabilidade | 2 |
| 15 | Revista de Custos e Agronegócios <i>online</i> | 1 |
| 16 | Revista Administração FEA-USP | 1 |
| 17 | Revista Administração UFSM | 1 |
| 18 | Revista Gestão Social e Ambiental | 1 |
| 19 | Revista Gestão, Finanças e Contabilidade | 1 |
| 20 | Revista Eletrônica de Estratégias e Negócios | 1 |
| 21 | Revista Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ | 1 |
| 22 | Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental | 1 |
| 23 | Revista Rosa dos Ventos | 1 |
| 24 | Revista Contexto | 1 |
| 25 | Revista Teoria e Prática em Administração | 1 |
| 26 | Revista Contabilidade e Controladoria | 1 |
| | Total de artigos publicados no período | 64 |

Fonte: Elaborado pelos autores, elementos da pesquisa.

4 RESULTADOS

Inicialmente, quanto ao perfil metodológico, notou-se que, do total de 64 artigos analisados, 2 adotaram somente o enfoque teórico (foco em ideias, conceitos e modelos); 6 artigos voltaram-se ao enfoque teórico-empírico (análise de dados, a partir de pressupostos teóricos). Em contrapartida, 56 estudos são empíricos (foca na evidência), que visaram à compreensão do fenômeno da evidenciação ambiental voluntária. Do total dos artigos práticos, encontram-se 9 estudos de caso ou multicaseos, 54 pesquisas bibliográficas e documentais e 1 levantamento ou *survey*. Esses resultados divergem dos resultados do estudo de Gallon *et al.* (2007) na análise de 39 artigos nacionais de Revistas publicados no período de 2000 a 2006, que constataram 23 (58,97%) estudos teóricos e 16 (41,03%) práticos, ou seja, ocorreu uma inversão.

Observou-se que a estratégia de pesquisa predominante quanto aos objetivos foi a pesquisa descritiva, a qual foi apresentada em 75% ou 48 artigos. A segunda mais evidenciada refere-se à investigação exploratória e descritiva, com 11 artigos, ou seja, 17,19%; e, a menos, utilizada foi a exploratória, com 5 estudos, 7,81% do total. Isso indica que os autores buscam apontar resultados e relações (positivas ou negativas) que possam determinar o nível de evidenciação ambiental.

Dos 64 artigos, 05 utilizaram-se de fontes primárias (entrevistas e questionários) cujo objetivo residiu em captar e estruturar as percepções dos gestores sobre o tema evidenciação ambiental, sobre os fatores que influenciam a divulgação voluntária de informações socioambientais. Quanto ao uso de fontes primárias e, ao mesmo tempo, de fontes secundárias, 07 artigos as usaram, sempre que a finalidade fosse tabular os dados obtidos das fontes primárias e analisá-los quantitativamente ou qualitativamente com os documentos obtidos pelas fontes secundárias, com o auxílio de cálculos estatísticos. Adicionalmente, observou-se que 52 estudos fizeram uso somente de fontes secundárias (artigos científicos, teses, livros, demonstrações contábeis, relatórios de sustentabilidade, relatório social, e outros documentos).

Quanto à abordagem do problema, dos 64 artigos analisados, 25 (39,06%) são abordagens quantitativas, 35 (54,69%) são qualitativas e 4(6,25%) são quantitativas e qualitativas, também em consonância com Gallon *et al.* (2007). Nesse contexto, percebe-se que, até o ano de 2011, somaram-se 20 estudos qualitativos e 5 quantitativos. Todavia, de 2012 e 2015, dos 44 artigos, houve incremento na abordagem quantitativa ante a qualitativa, somaram-se 29 (65,91%) estudos quantitativos e 15 (34,09%) qualitativos.

A análise da relação entre Autoria (primeiro autor) e Instituição de Ensino Superior, indicou que se destacam na produção acadêmica sobre o tema os autores Fabrícia Silva da Rosa, Fernando Da-Ri Murcia, Suliani Rover, José Alonso Borba, Maísa de Souza Ribeiro e Alex Mussori Ribeiro, com pelo menos 4 artigos cada. Notou-se também que, dos 64 artigos, 6,25% tiveram a participação de apenas um autor, 18,75% de dois autores, 34,38% de três autores, 32,81% de quatro autores e 10,94% de cinco autores.

Ademais, conforme Quadro 2, no tocante aos periódicos que fizeram parte do banco de dados desta pesquisa, do total de 64 artigos, destacam-se a Revista Ambiente Contábil, com 10 publicações para o período analisado; em seguida, a Revista de Contabilidade e Finanças, com 5; as Revistas Contabilidade Vista e Revista, Revista Contemporânea de Contabilidade, Revista Gestão Ambiental e Sustentabilidade e Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão, todas com 4 publicações cada uma. Assim, conforme a Coluna Totais de artigos por ano de publicação e segundo a metodologia adotada neste trabalho: de 2000 a 2006, apenas 3 artigos nacionais foram publicados; de 2007 a 2012, na média, foram publicados 5 artigos por ano; e de 2013 a 2015, foram publicados 10 por ano, em média; totalizando 64 artigos para o período de 2004 a 2015. Nota-se, portanto, um crescente aumento no número de artigos publicados que trataram especificamente sobre o tema evidenciação ou *disclosure* ambiental voluntário.

Quadro 2 – Periódicos selecionados na análise

| Revistas Nacionais e Publicações anuais | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | Total |
|---------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| Ambiente Contábil | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 1 | 3 | 10 |
| Contabilidade e Finanças | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 5 |
| Contabilidade Vista e Revista | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| Contemporânea de Contabilidade | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Gestão Ambiental e Sustentabilidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 4 |
| Sociedade, Contabilidade e Gestão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Contemporânea de Economia e Gestão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Administração, Contabilidade e Economia | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Contabilidade, Gestão e Governança | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Contabilidade e Organizações | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Universo Contábil | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| Evidenciação Contábil e Finanças | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Administração, Contabilidade e Sustentabilidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Educação e Pesquisa em Contabilidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 |
| Custos e Agronegócios online | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Administração FEA-USP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Administração UFSM | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Gestão Social e Ambiental | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gestão, Finanças e Contabilidade | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Eletrônica de Estratégias e Negócios | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Gestão e Sustentabilidade Ambiental | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Rosa dos Ventos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Contexto | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Teoria e Prática em Administração | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Contabilidade e Controladoria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Totais de artigos por ano de publicação | 1 | 1 | 1 | 5 | 5 | 4 | 4 | 6 | 7 | 11 | 10 | 9 | 64 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere às pesquisas quantitativas, dos 64 artigos analisados, doze fizeram uso de variáveis para tentar explicar os níveis de evidenciação propostos. E, ainda, cinco trabalhos corroboram com as teorias de divulgação, como determinantes da evidenciação.

Dentre as variáveis, “tamanho” continua sendo a mais significativa nos estudos brasileiros para explicar a evidenciação ambiental (VOSS *et al.*, 2013), seguidas, nos limites desse estudo, das variáveis: governança corporativa, natureza do setor ou da atividade, rentabilidade (ROA ou ROE), endividamento, auditoria, integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), idade da empresa, receita, controle acionário, país de localização e internacionalização.

Nesse sentido, elencam-se, em seguida, de modo sintético, por questões de espaço, os mais significativos determinantes da informação ambiental dos principais artigos analisados.

Ao analisarem empresas de alto impacto ambiental e, potencialmente, poluidoras, o tamanho da empresa foi uma variável considerada como fator determinante para o nível de evidenciação ambiental voluntária (COSTA e MARION, 2007; MURCIA *et al.*, 2008; ROVER *et al.*, 2012; MIRANDA e MALAQUIAS, 2013; ORO, RENNER e BRAUN, 2013; SANTOS, *et al.*, 2012; FERNANDES, 2013;

COSTA, *et al.*, 2013). Segundo esses autores, as empresas ou companhias podem diluir os custos incorridos no processo de produção, auditoria e divulgação da informação social e ambiental e, sobretudo, pela maior visibilidade na mídia o que as impõem maiores obrigações quanto aos aspectos socioambientais (GUIMARÃES *et al.*, 2014). Nessa mesma linha, destaca-se, também, o trabalho de Bauer e Naime (2012), em levantamento do estado da arte da evidência ambiental de 23 artigos internacionais, quanto percebem, entre outras variáveis, que o tamanho tem forte influência no nível de evidência ambiental.

No entanto, os trabalhos de Uhlmann, Souza e Lunkes (2011) e Silva *et al.* (2015), que analisaram, ambos, setores de alto impacto ambiental, não encontraram evidências que o tamanho da empresa influencia o nível de evidência ambiental. Nessa linha, a governança corporativa influenciou positivamente o nível de evidência ambiental (SILVA *et al.*, 2015; ROCHA, *et al.*, 2011; COSTA *et al.*, 2013). Contudo, essa mesma variável não teve relação de significância com a evidência ambiental em outras pesquisas (FERNANDES, 2013; MIRANDA e MALAQUIAS, 2013; BONFIM, TEIXEIRA e MONTE, 2015; UHLMANN, SOUZA e LUNKES, 2011).

A natureza do setor econômico e da atividade regulamentada impactaram positivamente os níveis de evidência (SILVA *et al.* 2013; CALIXTO, BARBOSA e LIMA, 2007; MURCIA *et al.* 2010; MURCIA *et al.*, 2008; MUSSOI e BELLEN, 2010; RIBEIRO, BELLEN e CARVALHO, 2011; BAUER e NAIME, 2012; MIRANDA e MALAQUIAS, 2013; COSTA *et al.*, 2013; VOSS *et al.*, 2013; SANTOS, SILVA e LORANDI, 2014; PLETSCHE *et al.*, 2014). E essa variável foi percebida independentemente se o período analisado foi recente ou não, corroborando a tese de que, como a informação ambiental no Brasil é voluntária, as empresas são sugeridas a divulgarem suas interações ambientais pelos “estímulos regulatórios” (VOSS *et al.*, 2013) do seu país ou as exigências legais às quais estão sujeitas, pois os custos decorrentes dessas restrições constituem um incentivo à evidência de informações sociais e ambientais, os quais as empresas não querem suportar (PLETSCH *et al.*, 2014). Outro fato é a representatividade do segmento de energia elétrica nos estudos sobre o nível de evidência ambiental que, em parte, se explica pelos agentes relacionados a essas companhias, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Embora o trabalho de Bonfim, Teixeira e Monte (2015), ao analisar 76 companhias de médio a alto impacto ambiental, apontaram que a variável rentabilidade influenciou favoravelmente o nível de evidência ambiental nas demonstrações financeiras e nos relatórios sociais ou de sustentabilidade, os trabalhos de Rover *et al.* (2012), Oro, Renner e Braun (2013), Uhlmann, Souza e Lunkes (2011), Silva *et al.* (2015), Santos *et al.* (2012), também, analisando setores potencialmente poluidores e com as mesmas técnicas estatísticas, não compartilharam com os achados daquele autor. Para aqueles que concordam com essa determinante, a rentabilidade ou desempenho (ROA ou ROE) é uma premissa que impõe por maiores divulgações de informações ambientais em exigência às demandas dos *stakeholders*.

Gestores de empresas com maior nível de endividamento, segundo a Teoria da Agência, “tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer os credores e remover as suspeitas sobre a transferência de riqueza para os acionistas, de modo a reduzir seu custo de agência da dívida” (ROVER *et al.*, 2012, p. 222-224). No entanto, buscando comprovar essa perspectiva, os trabalhos de Uhlmann, Souza e Lunkes (2011), Góis, De Luca e Vasconcelos (2015); Santos *et al.* (2012), Fernandes (2013) não necessariamente ratificaram tal premissa teórica.

Companhias que apresentam uma boa qualidade de auditoria externa são mais suscetíveis a divulgarem um número maior de informações sociais e ambientais voluntárias (MURCIA *et al.*, 2008). Nesse sentido, comprovou-se essa associação os trabalhos de Rover *et al.* (2012), Silva *et al.* (2013); mas não os de Uhlmann, Souza e Lunkes (2011), Góis, De Luca e Vasconcelos (2015), Santos *et al.* (2012).

Em seguida, outra variável de destaque foi o País de localização da companhia ou empresa, fator que foi observado pelos estudos de Murcia *et al.* (2010), Mussoi e Bellen (2010), Ribeiro, Bellen e Carvalho (2011) e Bauer e Naime (2012). Conforme revelam seus estudos, os países, condicionados às suas características culturais e aos seus sistemas políticos e legais, e, sobretudo, ao sistema coercitivo das comissões que regulam o mercado acionário tendem a maior evidência de informações socioambientais.

Por fim, a variável integrar o ISE, como forma de melhorar a reputação da companhia, também foi destacada nos estudos (MURCIA, *et al.* 2008), uma vez que esse índice “representa uma carteira de empresas comprometidas com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial” (ROVER *et al.*, 2012, p. 227). Da mesma forma, “acredita-se que por fazer parte de um índice que considera questões ambientais na escolha das empresas participantes, estas organizações prezam a transparência de informações de gestão ambiental” (ROCHA, *et al.*, 2011, p. 129).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre evidenciação ambiental vem ganhando destaque no meio acadêmico. Dentro deste contexto, o objetivo deste estudo foi promover análise bibliográfica sobre o tema em revistas brasileiras no período de 2004 a 2015. De acordo com os critérios adotados para operacionalização do estudo, foram identificados 64 artigos, publicados por 26 revistas diferentes. Foram considerados critérios de análise relacionados à autoria dos artigos, universidades de vínculo dos autores, bem como características dos estudos e principais resultados, tendo por base também pesquisas prévias já desenvolvidas com objetivo similar ao do presente estudo (MURCIA *et al.*, 2010; BAUER; NAIME, 2012; GALLON *et al.*, 2007). Espera-se, por tanto, que os resultados desta pesquisa possam contribuir com a ampliação do conhecimento sobre evidenciação ambiental.

Com base no levantamento realizado, deve-se levar em conta a escassez de trabalhos de natureza teórica, ou seja, aqueles que discutem ideias, conceitos, modelos ou diretrizes que relacionem evidenciação ambiental num contexto mais amplo e qualitativo visando aperfeiçoar os fundamentos que delimitam o tema. Além disso, com base na análise desenvolvida, notou-se ainda espaço para estudos cujo objetivo de pesquisa relacionasse ao terceiro setor, ou seja, houve certa ênfase nas empresas privadas dentre os estudos analisados.

Outra vertente suscitada das análises reside no impulso dado pelas Universidades e os Cursos de pós-graduação ao desenvolvimento de pesquisas acerca da evidenciação voluntária de informações ambientais. Espera-se que o mapeamento realizado nesta pesquisa venha a contribuir para promover novos estudos sobre o assunto. O conhecimento do atual estado em que se encontram as pesquisas no cenário brasileiro pode favorecer o desenvolvimento de novas pesquisas. Entretanto, cabe mencionar a limitação comentada na metodologia do estudo, relacionado ao critério de escolha dos artigos para compor o banco de dados da presente pesquisa.

Para pesquisas futuras, sugere-se: i) análise do nível de evidenciação sócio ambiental por período, buscando verificar se o comportamento, para uma mesma empresa, é crescente; ii) correlacionar o nível de evidenciação sócio ambiental com outras métricas de sustentabilidade; iii) correlacionar o *disclosure* sócio ambiental com o volume de negociação das empresas junto à B3; e iv) analisar possíveis efeitos do nível de endividamento, em períodos de crises financeiras, no nível de evidenciação sócio ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. A. *et al.* Estrutura de propriedade e *disclosure* econômico e socioambiental nas maiores empresas do Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 9, n. 1, p. 362-379, out./dez. 2015.

BAUER, M. M.; NAIME, R.; Estado da Arte da evidenciação social e ambiental voluntária. *Revista de Administração Contabilidade e sustentabilidade*, Sousa, v. 2, n. 2, p. 39-60, ago. 2012.

BM&FBOVESPA. *Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

BONFIM, E. T.; TEIXEIRA, W.; MONTE, P. A. Relação entre *Disclosure* da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./abr. 2015.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras de 1997 a 2005. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007.

CALIXTO, L.; BARBOSA, R. R.; LIMA, M. B. Disseminação de informações voluntárias: relatórios contábeis versus internet. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, ed. 30 Anos de Doutorado, v. 18, p. 84-95, jun. 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Estrutura Conceitual para laboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro*. Brasília, dez de 2011. Disponível em: <http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf> Acesso em: 21 out. 2015.

RAMOS, M. A.; MALAQUIAS, R. F. Mapeamento da pesquisa sobre *disclosure* ambiental voluntário...

CORREA, J. C.; GONÇALVES, M. N.; OLIVEIRA MORAES, R. Disclosure ambiental das companhias do setor de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na bm&fbovespa: uma análise à luz da teoria da legitimidade. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, João Pessoa, v. 4, n. 3, set./dez. 2015.

COSTA, M. I. *et al.* Classificação do conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 7, n. 2, p. 147-166, abr./jun. 2013.

COSTA, R. S.; MARION, J. C. A Uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 20-33, jan/abr 2007.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras, *Revista Administração Eletrônica*, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun. 2008.

FEIL, A. A.; NAIME, R. H.; Mensuração da sustentabilidade das corporações com selo ISE da BM&Fbovespa via modelo GSE. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 7, n. 1, p. 254-272, jan./jun. 2015.

FERNANDES, S. M. Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 5, n. 2, p. 250-267, jul./dez. 2013.

GALLON, A. V. *et al.* Produção científica e perspectivas teóricas da área ambiental: um levantamento a partir dos artigos publicados em congressos e periódicos nacionais da área de contabilidade e administração. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 7., 2007, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2007.

GÓIS, A. D.; DE LUCA, M. M. M.; VASCONCELOS, A. C.; Determinantes da divulgação dos indicadores de desempenho da GRI nas empresas do brasil e da espanha. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 7, n. 1, p. 155-175, jan./jun. 2015.

GUIMARÃES, D. A. *et al.* Análise do nível de evidenciação de informações ambientais apresentado pelas empresas que exploram atividades agropecuárias. *Revista Evidenciação Contábil e finanças*, João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 6-23, set./dez. 2014.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004

MIRANDA, W. B.; MALAQUIAS, R. F. Análise do nível de evidenciação ambiental de empresas brasileiras que negociam ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 5, n. 1, jan./jun. 2013.

MOREIRA, N. B. *et al.* Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos gestores. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, Campo Grande, v. 4, n. 1, p. 62-82, jan./abr. 2014.

MÜHL JÚNIOR, A. J. *Contabilidade e questões ambientais*. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MURCIA, F. D. *et al.* Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, Brasília, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, jan./dez. 2008.

MURCIA, F. D. *et al.* Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. *Revista Contexto*, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p.7-18, 1º semestre 2010.

MUSSOI, A.; BELLEN, H. M. V. Evidenciação Ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios das empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, 2008.

NOSSA, V. *Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ORO, I. M; RENNER, S.; BRAUN, M. Informações de natureza socioambiental: análise dos balanços sociais das empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. *Revista de Administração da UFSM*, v. 6, p. 27-262, 2013.

PLETSCH, C. S. *et al.* Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 57-77, set./dez. 2014.

RIBEIRO, A. M.; BELLEN, H. M. V.; CARVALHO, L. N. G. Regulamentar faz a diferença? O caso da evidenciação ambiental. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 137-154, maio/jun./jul./ago. 2011.

ROCHA, I. *et al.* A evidenciação da cultura organizacional voltada para a responsabilidade ambiental. *Revista Estratégia e Negócios*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 108-132, jan./jun. 2011.

ROVER, S. *et al.* Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 53-72, maio/ago. 2008.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F.D. Características do *disclosure* ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2009.

ROVER, S. *et al.* Explicação para a evidenciação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. *Revista de Administração e Finanças*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 217-230, abr./maio/jun. 2012.

SANTOS, P. S. A. *et al.* Nível de disclosure verde e a reputação corporativa ambiental das companhias brasileiras de capital aberto. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v.9, n.18, p. 63-82, jul./dez. 2012.

SANTOS, J. L. *et al.* *Contabilidade Geral*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, M. S.; SILVA, T. L.; LORANDI, J. A. Evidenciação ambiental: análise da aderência ao relatório de responsabilidade socioambiental da Aneel pelas companhias do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão e Responsabilidade Ambiental*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 126-147, out. 2013/nov. 2014.

SILVA, T. L. *et al.* **Environmental disclosure**: informações sobre resíduos sólidos divulgadas pelas empresas potencialmente poluidoras listadas na bm&Bovespa. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 5, n. 2, p. 229-249, jun./dez. 2013.

SILVA, M. N. *et al.* Determinantes do *disclosure* ambiental nos relatórios de empresas listadas na Bovespa. *Revista Ambiente Contábil*, Natal, v. 7, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2015.

UHLMANN, V. O.; SOUZA, M. M.; LUNKES, R. J. Relação entre disclosure ambiental e as características econômico-financeiras e de mercado das companhias pertencentes ao setor de petróleo e gás com atuação no segmento de biocombustíveis. *Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2011.

SOUZA, V. R.; RIBEIRO, M. de S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 15, n. 35, p. 54-67, maio/ago. 2004.

VOSS, B. L. *et al.* Evidenciação ambiental dos resíduos sólidos de companhias abertas no Brasil potencialmente poluidoras. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 125-141, maio/jun./jul./ago. 2013.